

/ PALAVRA DO LEITOR

Transporte público

A redução no número de linhas e as tarifas crescentes desafiam o sistema de lotações em Porto Alegre. Em 2025, apenas 3.790.435 pessoas utilizaram esse meio de transporte, número que está em 1.707.222 passageiros de janeiro a junho deste ano (Jornal do Comércio, edição de 06/10/2026). O usuário paga caro pela passagem, que está custando R\$ 9,00, para andar em veículos com poltronas quebradas e a maioria sem ar condicionado. As lotações estão piores do que os ônibus. *(Sônia Ferreira Campos)*



Transporte público II

As lotações são uma ótima opção, mas deveria ser liberado o uso do cartão TRI de vale transporte. Acredito que dessa forma mais pessoas utilizariam. *(Faby Fagundes)*

Transporte público III

Não havia um projeto para que as lotações passassem a integrar o sistema de transporte coletivo tradicional, operando linhas e horários de menor fluxo de passageiros, no lugar de ônibus convencionais? *(Cassiano Machado)*

Transporte público IV

Poderiam deixar as lotações para circular apenas dentro dos bairros e os ônibus de grande porte nas vias principais, criando uma integração. *(Rudinei de Mello Neves)*

Transporte público V

Moro no bairro Hípica, na Zona Sul, e utilizo lotação porque é mais seguro para voltar do Centro de Porto Alegre à noite. Sei que o valor da lotação é mais alto do que a passagem de ônibus, mas vale para quem ainda pode utilizar. É uma pena que muitas linhas de lotações foram retiradas de circulação ou estão com horários reduzidos à noite. *(John Stempniak)*

Transporte público VI

Extinguiram a linha de lotação Menino Deus de forma totalmente arbitrária. Foi uma falta de respeito com as pessoas que utilizavam. *(Daniel Montenegro)*

Prédios em Xangri-Lá

Embora a construção de prédios acima de sete andares em Xangri-lá tenha sido aprovada há quase três anos, projetos com essas características ainda não saíram do papel (JC, 30/09/2026). Na minha opinião, Xangri-Lá não combina com edifícios, perderia o requinte que tanto se orgulham. Deixem para Capão da Canoa ter prédios mais altos, pois já está consolidada neste segmento. *(Moisés Senna)*

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. É necessário indicar no título do e-mail se é “Artigo” ou “Palavra do Leitor”. Os artigos e cartas publicados com assinatura são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

Planejamento fiscal rumo a 2027

Eliane Soares Neves

Após um primeiro semestre marcado pelo Imposto de Renda e por obrigações como ECD e ECF, o segundo semestre concentra decisões tributárias que definirão o planejamento empresarial para 2027. Além de cumprir as rotinas do período, a classe contábil precisa revisar processos, elaborar projeções e corrigir falhas capazes de comprometer o caixa corporativo.

Entre as prioridades estão tanto as empresas interessadas em ingressar no Simples Nacional quanto as já optantes pelo regime. Para as primeiras, a Resolução CGSN nº 194/2026 ampliou o prazo de solicitação para 2027, fixando a nova data-limite em 15 de outubro de 2026. Para as empresas já optantes, a opção pelo regime regular de apuração e recolhimento do IBS e da CBS poderá ser exercida até 30 de outubro de 2026, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2027. Cada escolha exige avaliar margens, compras, créditos e a posição da empresa na cadeia produtiva. Decidir apenas por hábito ou intuição poderá comprometer a competitividade.

A manutenção da regularidade fiscal é outro desafio urgente. Cabe aos contadores identificar pendências e orientar as empresas cujo pedido de ingresso no Simples Nacional tenha sido indeferido. Conforme a Resolução CGSN nº 194/2026, os impedimentos poderão ser regularizados até 30 de outubro de 2026, em prazo único, independentemente da data de ciência do indeferimento. Para evitar im-

pactos em 2027, débitos e demais restrições perante a União, os estados e os municípios devem ser verificados e regularizados imediatamente.

Além da regularidade fiscal, a análise estratégica deve alcançar as empresas do Lucro Presumido. Para verificar se o regime continuará vantajoso, é necessário avaliar as alíquotas e o perfil das receitas, além de simular diferentes cenários operacionais. A apuração mensal isolada já não basta: as projeções precisam estimar a nova carga tributária e indicar seus efeitos sobre a competitividade em cada nicho de mercado.

A transição para a Reforma Tributária já está em curso, e este semestre concentra escolhas decisivas para 2027.

Diante dos novos prazos e da necessidade de comparar regimes, regularizar pendências e projetar cenários, o contador reafirma seu papel estratégico. Mais do que cumprir obrigações, cabe a esse profissional interpretar normas e transformar dados em decisões capazes de reduzir riscos, preservar margens e proteger o futuro dos negócios.

Vice-Presidente Técnica do CRCRS

Eles não têm voz. Nós temos!

Vera Armando

Quem já olhou nos olhos de um animal abandonado sabe que é impossível enxergar apenas um número. Há medo, fome, dor e, muitas vezes, uma espera silenciosa por alguém que talvez nunca chegue. Nas ruas das nossas cidades, cães e gatos enfrentam frio, chuva, doenças, atropelamentos e maus-tratos.

Não basta
recolher um
animal quando
a situação
já se tornou
desesperadora

Alguns foram abandonados depois de anos vivendo dentro de uma casa. Outros nasceram nas ruas e nunca conheceram o carinho de uma família. Todos dependem das escolhas que nós, seres humanos, fazemos.

A causa animal precisa deixar de ser lembrada apenas diante de casos de abandono, maus-tratos ou tragédias. Ela precisa estar todos os dias entre as prioridades do poder público, com prevenção, estrutura, fiscalização e políticas capazes de proteger vidas.

Cuidar dos animais não é uma pauta menor. É uma questão de saúde pública, educação, segurança e responsabilidade coletiva. Mas é, principalmente, uma questão de humanidade. A forma como uma sociedade trata aqueles que não conseguem se

defender sozinhos diz muito sobre os valores que ela escolheu preservar.

Não basta recolher um animal quando a situação já se tornou desesperadora. É preciso prevenir. Isso significa combater o abandono, fiscalizar e responsabilizar quem pratica maus-tratos, apoiar protetores e entidades que realizam diariamente um trabalho que muitas vezes deveria contar com maior presença do poder público.

Também precisamos falar sobre atendimento veterinário. Para milhares de famílias, um cachorro ou um gato é parte da família. Quando esse animal adoece gravemente, muitas pessoas enfrentam a angústia de não ter condições financeiras para pagar uma consulta, um exame ou uma cirurgia. Ninguém deveria assistir ao sofrimento de um companheiro de anos simplesmente porque não tem dinheiro para salvá-lo.

Defender políticas públicas para os animais não significa colocar animais acima das pessoas. Significa reconhecer que uma sociedade verdadeiramente responsável não fecha os olhos para nenhuma forma de sofrimento. Os animais não fazem discursos. Não protestam. Não conseguem denunciar quem os abandona ou maltrata. Eles sentem fome, frio, medo e dor, mas também reconhecem carinho, cuidado e proteção. Uma cidade que protege seus animais também ensina suas crianças sobre respeito, responsabilidade e cuidado com a vida.

Jornalista e vereadora de Porto Alegre (PP)